

Administração de imobilizados enfocando a depreciação*

Constantino de Gaspari Gonçalves**

Resumo

O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do mecanismo da depreciação na administração dos imobilizados industriais, bem como a de novos investimentos em bens de produção, em substituição aos já depreciados totalmente, face ao avanço tecnológico de bens produzidos e serviços. Também visa a alertar os empresários de que não é viável continuar utilizando equipamentos industriais após o término de sua vida útil, tendo já recuperados os investimentos pelas vendas dos produtos, ressaltando que tal procedimento não é bom devido à baixa produtividade que esses equipamentos possam ter, o que é agravado pelo alto custo de manutenção, horas de mão-de-obra ociosas e ausência de produção durante o período de manutenção.

Palavras-chave: imobilizado; depreciação; métodos de depreciação; reposição de bens fixos.

GONÇALVES, C. de G.. Administração de imobilizado enfocando a depreciação. *UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 67-76, set. 2001.

Introdução

Numa sociedade onde os consumidores estão cada vez mais exigindo qualidade nos produtos e nos serviços e adequação às suas necessidades e desejos, há uma crescente preocupação nas empresas, não só em se manter, mas também em incrementar seu desempenho no que diz respeito à qualidade e produtividade. Isso faz com que os empresários busquem com maior intensidade atender essas exigências.

Nas últimas décadas observa-se, nas indústrias, uma tendência crescente de automação com tecnologias da informação, sejam elas de manufatura ou de serviços.

A abertura do mercado causou grande impacto entre os empresários brasileiros que alegavam não estarem preparados para competir com os produtos importados que, muitas vezes, são de melhor qualidade e com preços bem mais acessíveis em relação aos produtos nacionais.

Nessa época foi muito propagado na mídia que as empresas nacionais não conseguiam competir com os importados, porque nosso parque industrial estava, quase na sua maioria, sucateados, pois os empresários brasileiros deixaram de fazer os investimentos necessários em novos equipamentos industriais.

A legislação brasileira do imposto de renda permite que os investimentos em equipamentos sejam recuperados através do mecanismo da depreciação, e isso se dá com a venda dos produtos produzidos por esses equipamentos, já que a depreciação faz parte de seu custo.

Nesse ponto, algumas questões podem ser levantadas: O que leva uma empresa a continuar fazendo uso de equipamentos totalmente depreciados, sendo que seu investimento já havia sido recuperado

* Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado defendida junto ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade e Controladoria, da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

** Doutorando em Ciências Empresariais - UMSA/UNISUL. Mestre em Contabilidade e Controladoria pela UNOPAR. Especialista em Contabilidade Gerencial, Auditoria e Controladoria - FECCEA. Bacharel em Ciências Contábeis. Docente do Departamento de Ciências Contábeis - FAFIMAN.

pela venda dos produtos? Os custos de manutenção, a ociosidade da mão-de-obra e a ausência de produção no período de manutenção não oneram a empresa mais do que um novo investimento em equipamentos? E com esse novo investimento não haverá maior produtividade e um menor custo de manutenção?

Então, o objetivo deste trabalho é demonstrar a importância do mecanismo da depreciação na administração dos imobilizados industriais, bem como a de novos investimentos em bens de produção, em substituição aos já depreciados totalmente, face ao avanço tecnológico de bens, produtos e serviços.

Breve Histórico sobre a Depreciação

Segundo Ramos (1968), um dos primeiros dispositivos fiscais que tratou da depreciação foi o “Regulamento do Imposto de Renda”, aprovado pelo Decreto n.º 17.390, de 26 de julho de 1926, que em seu artigo 55º, na sua alínea b, dizia o seguinte: “Serão deduzidas da receita líquida as quotas seguintes: b) as relativas ao fundo de depreciação destinado a substituir uma instalação que possa cair em desuso ou se torne obsoleta desde que sejam razoáveis e não ultrapassem as comumente aceitas em tais casos”.

Pode-se verificar que, de acordo com esse decreto, o propósito para o qual a depreciação fora criada, era a de constituir um fundo com parcelas do lucro, destinadas à substituição futura dos equipamentos utilizados pelas empresas.

O Decreto n.º 5.844 de 1943, embora ainda tratando como fundo de depreciação, passou a dar ênfase maior ao fato de que a depreciação é um custo amortizado. E a partir desse decreto a legislação passou a interpretar as quotas de depreciação como custos efetivos.

A Lei n.º 4.506, de 30 de novembro de 1964, passou a tratar as quotas de depreciação, em seu próprio texto, como um custo, o que pode ser constatado em seu artigo 57, que diz: “poderá ser computada como custo ou encargos, em cada exercício, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal”.

A Legislação do Imposto de Renda, atualmente, considera encargos do Ativo Permanente as perdas que as pessoas jurídicas suportam em decorrência da diminuição do valor dos bens do imobilizado, dos investimentos e das despesas registradas no Diferido. Esses encargos podem ser apropriados, conforme o caso a título de depreciação, amortização ou exaustão.

Já a Doutrina Patrimonialista defende, desde o início do século XX, a formação de um fundo de depreciação para suprir a necessidade de reintegração do imobilizado técnico.

Enquanto os anglo-saxões estavam preocupados com a parte financeira de retorno de capital, e ainda outras correntes, apenas com o desgaste físico, autores peninsulares falavam da recomposição da capacidade produtiva.

Como parte de financiamento das empresas, Vincenzo Masi (considerado o pai do patrimonialismo científico) inseriu no passivo (como conceito derivado de origens de investimentos) o grupo dos Fundos de Reintegração, seguindo a tendência predominante na Itália na primeira metade do século XX.

Masi, citado Sá (1999), entendeu que as quotas de depreciação são inseridas nos custos, para serem recuperadas pelas receitas e representavam uma forma de reintegrar o capital investido na produção.

Portanto, a Doutrina Patrimonialista defende que, em vez de diminuir as quotas de depreciação do ativo imobilizado, deve considerá-las como parte de um capital acumulado com um compromisso determinado de reintegração. O Fundo de Depreciação foi tomado, então, como um recurso.

Tal é a força dessa realidade que a própria lei das Sociedades por Ações, no Brasil, assim a considera, ou seja, toma como recurso a depreciação quando trata de demonstrar as origens das

aplicações, como pode ser facilmente comprovado pelo artigo 188 da Lei n.º 6.404, em seu inciso primeiro, alínea a, que diz: “as origens dos recursos, agrupadas em: a) lucros do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros”.

Portanto, o valor do fundo criado tinha natureza específica e não se confundia, para Masi, com qualquer conta do imobilizado. Este considerava o Fundo de Depreciação como um grupo de destaque no Passivo (como origem de investimentos) e constituía-se de contas de natureza distinta daquelas do imobilizado.

Sá (1999) entende que o importante não é apenas recuperar um capital ou investimento, mas, especificamente, manter a força de utilidade dos meios patrimoniais de modo que em face do ambiente em que o patrimônio se situe, ele possa produzir a eficácia conveniente e constante. O autor defende ainda que o que importa, ao se observar o que foi depreciado, não é o desgaste físico ou o dinheiro que voltou e se acumulou, mas a eficácia de uma inserção nos custos de uma parcela que garanta a sobrevivência do empreendimento.

Tipos de Vida dos Equipamentos a serem Consideradas

Segundo Anthony (1970), há, pelo menos, três modos de entender a “vida” dos equipamentos:

- Sua vida física;
- Sua vida tecnológica;
- Sua vida de mercado.

Vida física – há uma tendência, quando se pensa acerca da vida de uma máquina, de considerar antes de tudo sua vida física, isto é, o número de anos que, provavelmente, ela será de uso para a empresa no desempenho do serviço técnico para qual foi comprada. Esse é, portanto, o conceito de vida mais utilizado no cálculo da depreciação, para fins contábeis e para efeito de imposto de renda.

Vida Tecnológica – Refere-se ao período de tempo que decorre antes que apareça uma nova máquina que torne a máquina atual obsoleta. Essa é a vida que, para maioria das empresas, corresponde à vida econômica.

É certo que, de tempo em tempo, vão surgindo máquinas mais aperfeiçoadas do que as que existem agora. A questão de quais máquinas serão aperfeiçoadas estarão no mercado é difícil de prever, apesar de que esse espaço de tempo está cada vez mais curto.

Há que se ressaltar que os investimentos feitos numa máquina cessarão de proporcionar lucro quando essa máquina for substituída por outra ainda melhor.

Vida de Mercado do Produto – embora a máquina esteja em excelentes condições físicas, e mesmo que não haja máquina melhor disponível, sua vida econômica termina, no que concerne ao proprietário, tão logo a empresa cesse de distribuir o produto feito nela.

A “vida de mercado do produto” da máquina pode terminar porque a operação particular que a máquina executava se tornou desnecessária pela mudança de estilo ou mudanças no processo ou porque o próprio mercado do produto desapareceu. Por exemplo, uma máquina de fabricar chicotes pode durar fisicamente 100 anos; e não haver qualquer possibilidade de serem feitos aperfeiçoamentos tecnológicos adicionais, mas tal máquina não pode lhe proporcionar um retorno sobre seu investimento se os chicotes nela produzidos não encontrarem mercado.

A vida de mercado do produto de uma máquina também termina se a empresa cessa suas atividades.

A maioria das administrações opera apoiada na premissa de que a empresa estará em atividade por um longo período vindouro. Há casos, contudo, em que o empresário prevê o fim de seus negócios ou de parte deles, num futuro relativamente próximo. Nesse caso a vida de uma máquina, para ele, limita-se ao período durante o qual ele acha que a empresa vai funcionar.

É notório que o ciclo de vida dos produtos e serviços tende cada vez mais a se encurtar. No caso da informática, por exemplo, a questão do ciclo de vida é crucial, tanto para os usuários/consumidores como para os fabricantes.

A obsolescência dos produtos traz para a empresa o custo tecnológico, quando equipamentos em pleno funcionamento precisam ser substituídos, antes mesmo do fim de sua vida física.

Métodos de Cálculo da Depreciação

A principal ênfase do processo de depreciação é, geralmente, o registro na contabilização de uma despesa periódica a ser controlada com as receitas reportadas a cada período. Este débito será alocado como despesa do período ou fará parte do custo de um produto.

Vários são os métodos de cálculo da depreciação mencionados pelos diversos autores. Porém, a maior dificuldade para a depreciação é que nenhum método de alocação é consistentemente defensável.

Hendriksen (1992), além de se manifestar sobre a impossibilidade de defender um método de alocação como superior a outro, tendo em vista que não há uma base teórica para preferir um em detrimento a outro, esclarece que, antes de definir um método, é preciso efetuar as seguintes estimativas:

1. a valorização do ativo quando adquirido, ou uma reavaliação dele em uma data subsequente
2. a expectativa de vida desse ativo; e
3. o valor residual ou o valor de liquidação ao final da vida útil desse ativo.

A mensuração adequada do custo de aquisição ou mesmo de reavaliação de um ativo é muito importante para o cálculo da depreciação no qual esse valor será utilizado como sua base de cálculo.

A escolha do método de depreciação pode ser influenciada pela visão de consumo dada aos ativos, ou seja, dos benefícios futuros ou da obsolescência econômica, podendo a empresa optar por um dos seguintes grupos:

- método das quotas constantes;
- métodos das quotas variáveis;
- métodos das quotas crescentes; e
- método das quotas decrescentes.

Método das Quotas Constantes

O método das quotas constantes, mais conhecido como alocação em linha reta ou método linear de depreciação repousa nas seguintes premissas principais:

- a depreciação é em função do tempo e não do uso;
- não se leva em conta o fator custo do capital;
- a eficiência do equipamento é constante durante os anos de vida útil.

O erro desse método é supor que a perda da potencialidade se realiza de forma igual em cada período.

Para Hendriksen (1992), a maior falha do método da linha reta consiste em não considerar o fator desconto. Mesmo que as outras premissas estejam corretas, o lucro líquido resultante dá aparência de uma taxa crescente de retorno sobre o capital investido.

Se observarmos a Instrução Normativa 162/98 da Secretaria da Receita Federal, onde são divulgadas as relações de bens, os respectivos prazos de vida útil e a taxa de depreciação para fins de determinação das quotas a ser registradas na escrituração das pessoas jurídicas, percebe-se que este é o método também utilizado por ela. Por exemplo, uma máquina para indústria de laticínios ela estipula o prazo de vida útil de 10 anos e uma taxa de depreciação de 10% ao ano.

Aplicando-se a fórmula de cálculo das quotas constantes, chega-se à taxa ou à vida útil estipulada pela Instrução Normativa, conforme segue:

O valor do bem equivale a 100%, e pela Instrução Normativa sua vida útil é de 10 anos, então a taxa de depreciação será:

$$\text{DEPRECIAC\~{A}O} = \frac{100\%}{10 \text{ ANOS}} = 10\% \text{ ao ano}$$

Ou utilizando a taxa de 10% ao ano, acha-se a vida útil, conforme segue:

$$\text{VIDA \u00c3TIL} = \frac{100\%}{10\% \text{ AO ANO}} = 10 \text{ ANOS}$$

M\u00e9todos das Quotas Vari\u00e1veis

O m\u00e9todo das quotas vari\u00e1veis pressup\u00f5e que o fator prim\u00e1rio de deprecia\u00e7\u00e3o \u00e9 o uso e n\u00e3o a passagem do tempo. Assim, a apropria\u00e7\u00e3o da despesa de deprecia\u00e7\u00e3o a bens diferentes, como ve\u00edculos de entrega e m\u00e1quinas, \u00e9 vari\u00e1vel de acordo com seu uso.

O m\u00e9todo \u00e9 funcional para os ativos em que o uso \u00e9 um importante fator de deprecia\u00e7\u00e3o, mas para ativos est\u00e1ticos, como \u00e9 o caso de edifica\u00e7\u00f5es, o m\u00e9todo \u00e9 impr\u00f3prio.

M\u00e9todo das Quotas Crescentes

O principal fundamento desse m\u00e9todo \u00e9 a cria\u00e7\u00e3o de um fundo de amortiza\u00e7\u00e3o e reposi\u00e7\u00e3o. Ao contr\u00e1rio dos demais m\u00e9todos que tratam da perda de valor dos bens depreciados, este contempla a hip\u00f3tese da substitui\u00e7\u00e3o dos bens ao final da vida \u00fasil.

Sua caracter\u00edstica principal \u00e9 o duplo objetivo; em paralelo \u00e0 sistem\u00e1tica de deprecia\u00e7\u00f5es peri\u00f3dicas, estabelecer, tamb\u00e9m, o planejamento de recursos financeiros para a reposi\u00e7\u00e3o ou substitui\u00e7\u00e3o do bem ao final da sua vida \u00fasil, mediante a constitui\u00e7\u00e3o do referido fundo, que \u00e9 formado por uma contribui\u00e7\u00e3o peri\u00f3dica em dinheiro, acrescida de juros de sua aplica\u00e7\u00e3o a determinada taxa anual.

M\u00e9todo das Quotas Decrescentes

Este m\u00e9todo fornece uma deprecia\u00e7\u00e3o que diminui com o passar do tempo e, tamb\u00e9m, \u00e9 conhecido como Deprecia\u00e7\u00e3o Acelerada, sendo a soma dos d\u00edgitos dos anos e o duplo decl\u00ednio dos saldos os mais utilizados.

Conforme o modelo usado, podem-se reduzir os riscos futuros, provocados pelo obsoletismo ou a perda de utilidade do ativo fixo, provocado pela mudan\u00e7a de prefer\u00eancia dos consumidores.

Hendriksen (1992) aponta os seguintes motivos, entre outros, que levariam a uma prefer\u00eancia pelos m\u00e9todos das quotas decrescentes:

- contribui\u00e7\u00f5es anuais de servi\u00e7os declinantes, sem considera\u00e7\u00e3o pelos juros ou custo do capital;
- desempenho operacional declinante, resultando em acr\u00e9scimos em outros custos operacionais;
- valor do ativo (representado pelo valor descontado dos valores de servi\u00e7o remanescentes), declinado mais nos primeiros anos e menos nos \u00faltimos anos de vida do ativo;
- custo crescente de reparos e manuten\u00e7\u00e3o;
- receitas ou entradas de caixa declinantes;
- incerteza das receitas dos \u00faltimos anos em virtude da poss\u00edvel obsolesc\u00eancia.

Para Iudícibus (1990), os métodos de quotas decrescentes acabariam sendo, pelas próprias críticas apresentadas aos demais, os preferidos, em um número maior de situações:

- **Vantagens fiscais** – a depreciação como redutor do lucro tributável, sendo maior nos primeiros anos, significa menos impostos nestes períodos.
- **Diminuição dos riscos de prejuízo** – ocorrendo a baixa de um bem antes do término da depreciação, o prejuízo a contabilizar será menor em confronto com outros métodos, pois o saldo a depreciar estará reduzido;
- **Possibilidade de uniformidade dos custos** – o crescente crescimento das despesas de manutenção e reparos ao longo da vida do bem é compensado com a menor despesa de depreciação proporcionada por esses métodos. Assim os custos globais da empresa ficam mais uniformes.

O Problema da Reposição de Bens Depreciáveis

O problema da reposição de bens depreciáveis é muito pouco abordado na literatura técnica, talvez por causa da ênfase dada à questão da recuperação do capital investido, quando se trata do mecanismo da depreciação.

O problema central das decisões relacionadas com a substituição de bens depreciáveis pode ser definido como um confronto entre a liquidez e a rentabilidade.

Masi entende que as quotas de depreciação são inseridas nos custos, para serem recuperadas pelas receitas, e representavam uma forma de recuperar o capital investido na produção.

Máquinas e equipamentos antigos e com muitos anos de uso costumam apresentar desempenho inferior e custos operacionais bem mais elevados, quando comparados com as unidades mais novas e tecnologicamente mais sofisticadas indicadas para substituí-las.

Alguns custos tendem a se elevar em função da idade do equipamento e do tempo de utilização, como por exemplo: gastos com manutenção e conservação, desperdícios de matérias primas em função de falhas no seu processamento, ociosidade da mão-de-obra nas paradas para reparos, etc.

Entretanto, a substituição dos bens depreciáveis implica em desembolso financeiro bastante elevado. Se realizado muito cedo, provocará problemas de liquidez; se for excessivamente postergada, ocasionará quedas na lucratividade e rentabilidade.

Pode-se dizer que manter os bens de produção em boas condições de funcionamento é um dos pressupostos em atendimento ao Postulado da Continuidade, uma vez que, se a empresa deixar de renovar seus bens de produção, estará comprometendo sua continuidade.

A solução para otimizar a relação entre liquidez, lucratividade e rentabilidade está em determinar o momento ou idade ideal para substituir os bens utilizados na produção, no ato da decisão da compra.

Para Ramos (1968), necessário se torna para a empresa a elaboração implícita ou explícita de um orçamento de capital para orientar seu desenvolvimento. A parte financeira do plano inclui o estudo das fontes de financiamento dos investimentos em bens depreciáveis.

A necessidade de investir em novos ativos, geralmente, é que determina o orçamento de capital e envolve o planejamento dos investimentos de capital e a determinação dos financiamentos dessas saídas. É uma das áreas das decisões gerenciais que tem, ultimamente, chamado a atenção dos economistas e contadores.

A qualidade das decisões gerenciais, provavelmente, é o fator que mais afeta a lucratividade de um negócio, pois, envolve o comprometimento dos recursos da companhia em novos investimentos.

Reposição e modernização dos ativos fixos

Essa modalidade de decisão de investimento ocorre, fundamentalmente, em empresas que já tenham atingido um certo grau de crescimento e amadurecimento em suas atividades, demandando para isso, uma substituição de ativos fixos obsoletos ou desgastado pelo uso.

A necessidade de avaliar o estado físico de um bem é de grande importância para uma companhia, sendo, inclusive, interessante que isso seja feito periodicamente pela empresa. A não consideração dessa decisão no momento oportuno pode ocasionar sérios transtornos no funcionamento normal da atividade da empresa (por exemplo: interrupções frequentes no processo de produção, elevação no nível de rejeição dos produtos por avarias apresentadas, etc.), além de poder onerar, em função do crescimento mais que proporcional do custo, o lucro empresarial.

Tópicos Relevantes na Administração dos Imobilizados

Considerando o atual cenário globalizado, onde os produtos nacionais têm que apresentar qualidade igual ou superior aos importados e a preços realmente competitivo, faz-se necessário uma boa administração de todos os recursos colocados à disposição da empresa.

Um dos principais recursos com qual a empresa conta para fazer frente à concorrência é o seu imobilizado.

Recuperação do investimento

A recuperação dos investimentos em equipamentos industriais se dá pelas quotas de depreciação imputadas nos custos dos produtos e recuperados por suas vendas. Esse investimento é recuperado com a mesma margem de lucro imposta ao produto, conforme o exemplo abaixo:

Supõe-se uma empresa que tenha um equipamento com as seguintes características:

Valor contábil.....R\$ 12.000,00
Vida útil estimada.....120 meses
Capacidade de produção.....1000 unidades/mês

A empresa, para produzir essas 1000 unidades, incorre nos seguintes custos mensais:

Matérias-primasR\$ 5.000,00
Mão-de-obra.....R\$ 2.000,00
CIF (depreciação).....R\$ 100,00
Custo de produção.....R\$ 7.100,00

O custo unitário do produto será de R\$ 7,10 (R\$ 7.100,00/ 1000)

Se a empresa tiver estabelecido uma margem de lucro bruta sobre o custo de 50% para esse produto, seu preço de venda será de R\$ 10,65 (R\$ 7,10 + 50%).

Pode-se demonstrar a recuperação do investimento da seguinte maneira:

Matérias-primas por unidade.....R\$ 5,00 x 1,5 = R\$ 7,50
Mão-de-obra por unidade.....R\$ 2,00 x 1,5 = R\$ 3,00
CIF (depreciação) por unidade.....R\$ 0,10 x 1,5 = R\$ 0,15
R\$ 7,10 R\$ 10,65

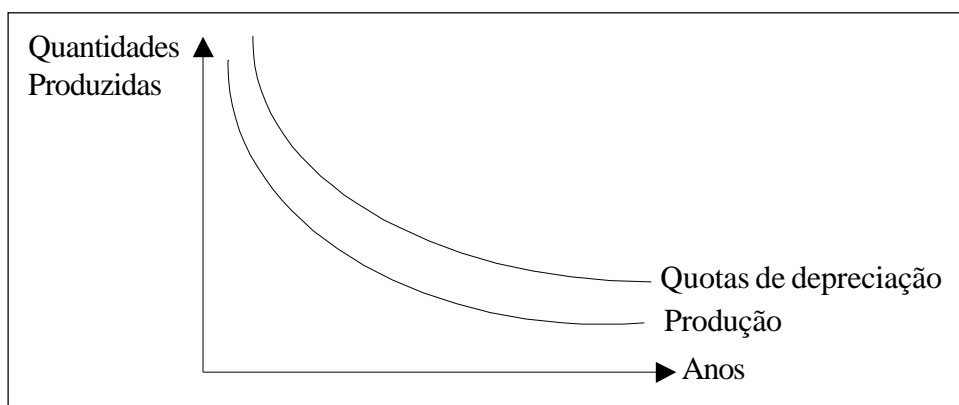
Pode-se verificar que a empresa investiu R\$ 0,10 de equipamentos por unidade e esta recuperando pela venda R\$ 0,15.

Escolha do método de depreciação

Levando em conta que o alto avanço tecnológico, que faz com que máquinas e equipamentos fiquem obsoletos num curtíssimo espaço de tempo pela introdução de novas unidades mas sofisticadas, e que o ciclo de vida de produto de mercado tenha sido reduzido consideravelmente pelas novas exigências do consumidor, a empresa deve fazer sua opção pelo método de depreciação que venha atender suas necessidades de recuperação de investimentos de acordo com o perfil de suas atividade e produtos.

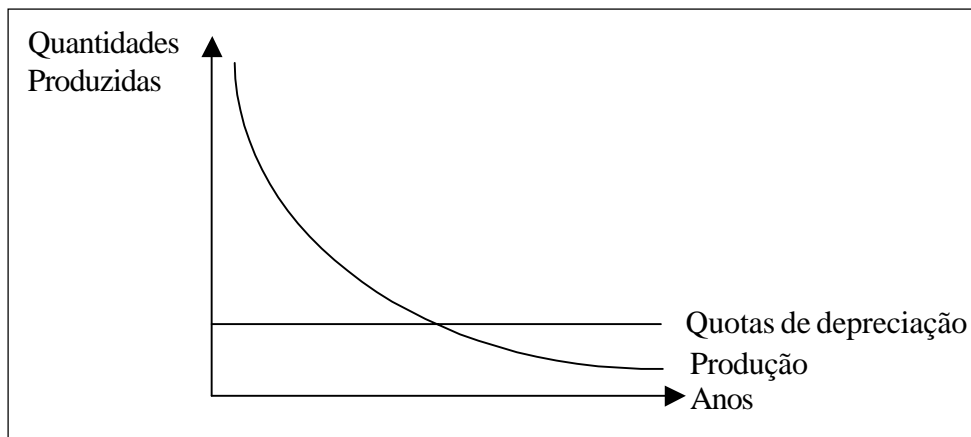
Por exemplo: para equipamentos com desgastes maiores o recomendado seria o método de quotas decrescentes onde o impacto da depreciação sobre os custos do produto seria menor, porque a quota decresceria juntamente com a produção, isto é, no início com uma capacidade produtiva maior, a quota de depreciação seria compensada pelo volume de produção, conforme gráfico abaixo:

Gráfico representativo do Método das Quotas Decrescentes.



Já utilizando o método das quotas constantes para equipamentos com desgastes muitos elevados, no início os produtos receberiam uma parcela muito pequena de depreciação e com o passar do tempo a depreciação teria uma representatividade maior no custo do produto, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico representativo do Método das Quotas Constantes.



Outra situação que deve ser analisada na escolha do método é a vida tecnológica dos equipamentos. Se houver um avanço tecnológico muito acentuado, o método das quotas decrescentes permite uma recuperação mais rápida dos investimentos, o mesmo acontecendo com a questão da vida de mercado do produto.

Conclusão

Talvez o que levou várias empresas a deixar de renovar seus parques industriais tenha sido, por muito tempo, a comodidade de repassar ao consumidor através da venda de seus produtos as suas ineficiências. Isto porque o preço de venda de seus produtos era dado pela seguinte fórmula:

$$\text{PREÇO DE VENDA} = \text{CUSTO} + \text{LUCRO}$$

Não havia muita preocupação por parte da empresa em rever seus custos de produção, já que o preço de venda era estabelecido por ela, garantindo assim sua margem de lucro.

Com a globalização da economia, a competitividade tornou-se bastante acirrada, e o consumidor conquistou o direito de exigir qualidade e preços compatíveis a essa qualidade, deixando de pagar pelas ineficiências das empresas.

Hoje, o preço de venda é estabelecido pelo mercado e se a empresa quiser assegurar sua margem de lucro terá de rever seus custos e manter a qualidade de seus produtos.

A fórmula da economia globalizada para se chegar ao lucro é:

$$\text{LUCRO} = \text{PREÇO DE VENDA} - \text{CUSTO}$$

Na atual conjuntura econômica, todos os esforços da administração devem estar voltados aos fatores que pressionam os custos de produção, e um desses fatores que muitas vezes passam despercebidos é o mau desempenho dos seus equipamentos utilizados na produção, pois alteram a relação custo-volume-lucro.

Conclui-se, então, que há necessidade de uma boa administração de imobilizado, com acompanhamento do desempenho dos equipamentos, pois eles são um dos maiores responsáveis pela rentabilidade da empresa.

Assim, uma empresa deve utilizar o mecanismo da depreciação como um alerta para época em que se deve substituir seu equipamento, pois ele dará a informação de que o investimento já foi recuperado, mostrando também que a partir desse momento, poderá ocorrer perda maior de produtividade dos equipamentos, além de manter um acompanhamento técnico do bem.

Os empresários podem, enfim, estar conscientizados de que o importante não é apenas recuperar os investimentos feitos, mas também manter a capacidade produtiva de suas indústrias.

Referências Bibliográficas

- ANTHONY, R. N. *Contabilidade gerencial*. São Paulo: Atlas, 1970.
- HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. Van. *Accounting theory*. Illinois, USA: Richard D. Irwin, 1992.
- IUDÍCIBUS, S. de. *et al. Contabilidade introdutória*. São Paulo: Atlas, 1990.
- RAMOS, A. de T. *O problema da amortização dos bens depreciables e as necessidades administrativas das empresas*. 1968. Tese (Doutorado) – FEA/USP, São Paulo, 1968.
- SÁ, A. L. de. O crepúsculo das depreciações. *CRCRS, Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande*, Porto Alegre, 1999.

Management of immobilized focusing on depreciation

Abstract

The goal of this work is to demonstrate the importance of the depreciation mechanism in the management of the immobilized industrial tools and the importance of the new investments in capital goods that replace the total depreciated ones, facing the technological advance of good products and service. Furthermore, it aims at warning that is not possible to use industrial equipment after their useful life, since the manager has already got the profitability from the sales of the products. It is important to enhance that such procedure is not good due to the low productivity of these equipment what is increased by the high cost of maintenance, inactive work and absence of production during the maintenance.

Key words: immobilized; depreciation; depreciation methods; replacement of assets.

GONÇALVES, C. de G.. Management of immobilized focusing on depreciation. *UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 67-76, set. 2001.